

ARTIGOS

A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA.

Nação não é uma comunidade de crescimento natural: ela se constitui por força do fato histórico. Pode uma comunhão nacional coincidir, ou pretender a constituir, com uma conexão étnica, da língua, da cultura, da raça, ou melhor, de u'a amálgama de raças. Teòricamente, entretanto, a formação de uma nação não é um processo natural, biológico ou de vegetação cultural, mas puramente histórico. Em outras palavras: a origem de uma nação não decorre das leis naturais, mas das atitudes e personalidades pelo seu comportamento político ou histórico.

A maioria dos historiadores brasileiros, no entanto, equipara o processo da miscigenação racial com a formação da nação brasileira, ou, pelo menos, estabelecem íntima correlação entre ambos. Também nós não temos dúvida que tal fenômeno tenha acompanhado e ainda acompanhe a formação da nação brasileira; negamos, contudo, a relação intrinsecamente causal destes dois fatores, pois misturas de raças são possíveis sem que se verifique necessariamente a formação de uma nação. Áreas coloniais podem ser absorvidas pela língua e cultura de uma única nação, sem que dêse fenômeno se gere uma nova nação, como se apresenta o caso da América do Sul espanhola, contrastando com a América do Sul portuguesa.

Nação, como nós a entendemos, isto é, como unidade espiritual e consciente de um povo que ocupa determinado espaço geográfico, é, assim, a resultante de uma evolução histórica. Ela tem suas raízes em convivência comum na terra natal, bem como na comunhão de interesses econômicos. Mas só podemos falar da existência de uma mentalidade de nação ou de uma nação especificamente falando, quando a população de um certo território aspira a auto-estruturação e principalmente uma vida política autônoma e quando ela reivindicar um govêrno comum e esteja pronta para a defesa de sua existência com os elementos e forças de que dispõe.

Sendo nação o resultado decorrente de fatores políticos e históricos, pode dizer-se que o início do desenvolvimento da mentalidade nacional-brasileira data do começo da colonização portuguesa, 1532-1534, pois os primitivos habitantes da nossa terra careciam de história e desconheciam a política. Só a partir da chegada

dos primeiros colonizadores portugueses é que surgiram a política e a história. Esses colonizadores vieram com uma finalidade evidentemente política, a de assegurar a costa oriental e sul-americana para o seu rei, e de explorar o sertão ainda desconhecido. Tal objetivo foi alcançado em dois séculos aproximadamente, pois pelo ano de 1750 o Brasil já tinha a extensão territorial mais ou menos de hoje (8,5 milhões de km²).

Para uma compreensão perfeita da formação da nação brasileira nessa área, precisamos considerar dois fatores importantes: primeiro, a extensão do território e os seus acidentes geográficos, e segundo, a história da sua colonização. O Brasil na sua amplitude continental não é propriamente um todo geográfico homogêneo, como a Argentina, por exemplo, que possui um único acesso natural, o estuário e a bacia do Prata. É por isso que a colonização do Brasil não partiu de um ponto, senão de diversos núcleos originários das capitanias hereditárias (1534), que eram glebas de terra de extensão mais ou menos igual, situadas no litoral, e que o rei de Portugal concedia aos nobres ou aos veteranos de guerra, para que as colonizassem. Aos donatários eram outorgadas amplas atribuições no setor judiciário, administrativo e da defesa, no que dizia respeito às capitanias, ressaltando o rei, além de alguns monopólios e tributos importantes, uma forma de soberania universal sobre a colônia. Apesar de que essas capitanias, de regime feudal, terem sido absorvidas ou substituídas aos poucos por outras, instituídas posteriormente pelo próprio rei de Portugal, eram elas amplamente autônomas, mesmo porque essa circunstância decorria da distância que as separava da metrópole. As capitanias não tinham quase relações recíprocas, pois a imensidão do território e seus acidentes geográficos, principalmente as rédes fluviais e cadeias de montanhas, não constituíam fatores de ligação, mas, ao contrário, de separação. O mesmo vigora até para os núcleos litorâneos, visto que os ventos alíseos dificultavam de tal maneira o intercâmbio entre eles que, por exemplo, era mais fácil o acesso de uma capitania do norte a Lisboa do que à Bahia ou ao Rio. As condições geoclimáticas, por sua vez, contribuíam para que em cada região surgisse uma forma peculiar de economia. Assim, por exemplo, predominava no vale do Amazonas a indústria extrativa; na região litorânea, a agricultura, e no interior e no sul a criação de gado, como exploração de ouro e pedras preciosas.

Por determinação desses fatores geográficos e históricos, não havia no fim da era colonial, uma "Colônia Brasil", um Brasil como unidade administrativa e econômica, menos ainda como unidade espiritual. No território brasileiro, colonizado, ou melhor, explo-

rado por portugueses, havia apenas uma série de colônias ou capitâneas gerais, com direitos equivalentes, com sub-capitâneas a elas subordinadas. De fato, na época colonial já se falava em “Estado do Brasil”, restrito, porém, às colônias do sul. As do norte, a região amazônica, independente daquele, e que era constituída pelo Piauí e Maranhão, tinha o nome de “Estado do Grão Pará e Maranhão” (a princípio apenas “Estado do Maranhão”), desmembrados em 1775 o Estado foi dividido em duas colônias, com iguais direitos: Pará e Maranhão. No “Estado do Brasil”, o rei tinha como mandatários, primeiro, um governador geral e, mais tarde, um vice-rei. O mesmo, como governador da Bahia e, de 1763 em diante, do Rio de Janeiro, tinha atribuições idênticas à dos capitães-mores, a não ser as funções inerentes à defesa comum das colônias meridionais, ou seja, do Espírito Santo para o sul. Todos os governadores gerais (do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, etc.) estavam em relações diretas com Lisboa, recebendo de lá as instruções e lá fazendo valer os interesses das suas regiões.

Nessas condições geográficas e históricas, como é que se verificou o processamento da formação da nação brasileira? Os colonizadores portugueses eram, a princípio, alienígenas; sua pátria ficava na Europa e eles se consideravam naturalmente pertencentes à comunidade nacional portuguesa. Demorou muito até que esses imigrantes e seus descendentes se acostumassem à nova terra, aprendendo a amá-la como sua pátria. Para isso contribuiu a prosperidade econômica, conseguida por esses imigrantes como latifundiários, como ainda a formação de uma sociedade colonial *sui-generis*. Nessa, eles, como senhores de engenhos, mineradores ou criadores de gado, constituíam uma classe senhorial pouco numerosa, dominando uma grande massa de escravos africanos ou índios, bem como a grande número de agregados, na maioria mestiços. Esses latifundiários brancos formavam a única classe social que tinha o direito de manifestar-se livremente e participar da política, principalmente do governo municipal, ao passo que os escravos e o restante da população não exerciam direito algum e dependiam exclusivamente dos senhores feudais.

A par das relações econômicas e sociais, a ligação entre esses senhores brancos com a nova terra era favorecida pelas guerras contra os indígenas e contra elementos estrangeiros, como franceses, holandeses e espanhóis, que ambicionavam estabelecer-se também na costa sul-americana. O aparecimento desses concorrentes servia para unir os colonos entre si e despertar nos que se tinham fixado ao solo a ufania pelo torrão que, com sucesso, defendiam. Essas

lutas aumentavam de tal modo e iam tão longe no apêgo pela nova pátria que, por exemplo, em 1666, os pernambucanos, descontentes com o novo governador, se julgaram com o direito de compelir o regresso do mesmo a Portugal. No entanto, tais controvérsias não eram para despertar nos habitantes o anseio da independência política, pois tôda vez que entravam em lutas, era sempre com os olhos voltados para a pátria, que era Portugal, da qual se sentiam partes integrantes. Fato análogo se observava nas heróicas lutas dos pernambucanos contra os holandeses (1630-1654), embates que serviam de estímulo para o sentimento de identificação com a terra arduosamente disputada, sentimento que não bastava para promover o alheamento entre portugueses coloniais e reinóis, e antes serviram para incentivar o nacionalismo lusitano daqueles. Só assim se compreende que os heróis libertadores, apesar de haverem sido relegados à própria sorte pelo rei, pois que o mesmo era aliado dos holandeses, e levando-se em conta que o príncipe alemão Maurício de Nassau (1637-1642) fôsse administrador modelar e ter revelado qual o ideal de um Estado, fôsem compelidos a aceitar as injunções portuguesas, subordinando-se sem protesto ao antigo estado de exploração colonial opressora.

O desenvolvimento nacional brasileiro do sentimento nativista que despertava, e de uma salutar convicção na autonomia política ou até do desmembramento da Metrópole, deve ser entendido como processo de alheamento entre o povo originário e os seus descendentes sul-americanos, pois a liberdade e independência política deviam ser arrebatados a Portugal e não a qualquer outro povo estrangeiro. Através da história do Brasil-Colônia, pode inferir-se e acompanhar perfeitamente a marcha dêsse alheamento. Tem êle sua origem na mentalidade mercantilista, pois para Portugal as colônias brasileiras não constituíam a ampliação do solo pátrio, mas simples objeto de exploração econômica. Portugal, pobre em recursos naturais, foi talvez o país que melhor desenvolveu essa ordem de idéias, procurando tirar as necessárias ilações. Os portugueses já enraizados na nova terra e que haviam emigrado, influenciados por essa concepção, fundamento de tôda a economia e ordem social do país, tornaram-se logo, êles próprios, objeto dessa mentalidade colonial. E isso, em primeiro lugar, em consequência da cobiça, de que sempre vinham animados os portugueses que continuavam chegando da Europa. Outras causas foram o sem número de dispositivos e restrições, taxas e monopólios comerciais, que tolhiam o livre desenvolvimento das colônias. Deve-se unicamente à opressão econômica e ao relaxamento cultural a circunstância do

incremento gradativo da mentalidade nativista, chegando ao ponto do anseio pela autonomia e pela liberdade política da nova pátria.

As divergências entre portugueses reinóis e portugueses da Colônia manifestava-se em numerosas competições, levantes e até mesmo revoluções. O sistema de colonização portuguesa e a ânsia do fácil enriquecimento sem esforço explicam, por exemplo, a revolta de Emanuel Beckmann (1684), a primeira que realmente foi de alguma importância. Foi uma rebeldia contra as companhias comerciais detentoras dos monopólios e contra a Companhia de Jesus que, como protetora dos indígenas, conseguira a proibição da sua escravatura. A marcante personalidade de Beckmann fez com que esse levante ultrapassasse em muito à sua causa primitiva, fazendo com que se tornasse a única revolução da época colonial, concretizada em um governo popular revolucionário, com a participação de plantadores, comerciantes e clérigos. O fato de não haver-se mantido senão por alguns meses comprova que foram meramente econômicas as suas causas e faltando maturidade à população para as idéias de autonomia, que Beckmann indubitavelmente planejara.

As lutas entre os paulistas senhoriais e os novos imigrantes reinóis, garimpeiros na zona de Minas Gerais (Guerra dos Emboabas, 1706-1710), não passavam de desavenças provocadas pelo despeito na conquista do ouro, sem qualquer ideal político. O levante de Felipe dos Santos (1720) foi uma reação contra a instalação de fundições oficiais, onde se quintava o ouro explorado. O mesmo caráter econômico teve a revolução na Bahia, contra o monopólio do sal (1711-1712) e assim também a chamada Revolta dos Alfaiates (1798). A conhecida Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710-1711) é um reflexo das competições entre os senhores de engenho, nobres da terra, em Olinda, e os comerciantes recém-chegados de Portugal, em Recife. Os primeiros se insurgiram contra a sempre crescente influência econômica dos últimos, a quem se outorgara a autonomia de governo municipal. Mas também nessa revolução não se proclamou o desmembramento de Portugal, pois o seu chefe de influência, Bernardo Vieira de Melo, depois de esmagadora vitória preliminar sobre os mascates, foi sobrepujado pelos elementos fiéis à Corôa, reunidos em Assembléia. Assim não se instituiu uma república de nobres, como êle aspirava, mas em lugar do governador foragido assumiu o governo o bispo, substituto legal. A última conspiração de monta na era colonial foi a Inconfidência Mineira (1789), uma conjuração de intelectuais e poetas. Apesar de inspirada nas ideologias das revoluções norte-americana e francesa, contavam os cons-

piradores com o descontentamento econômico das camadas dominantes, gerado pelo ônus da tributação do “quinto” com que se sobrecarregava o produto da mineração.

Do ponto de vista da formação política nacional, podemos afirmar que todos êsses levantes tinham, sem exceção, caráter estritamente regional. Beckmann não encontrou adeptos fora da cidade de São Luís, e “morreu contente pelo Maranhão”. Bernardo Vieira de Melo pensou numa grande república pernambucana. A Inconfidência Mineira tinha como finalidade proclamar a república de Minas Gerais, com capital em São João d’El-Rey. Em tôda a época colonial não houve um movimento que abrangesse o Brasil como um todo, e de caráter nacional no sentido moderno. Mesmo as guerras contra os holandeses em Pernambuco e as lutas contra os corsários franceses no Rio de Janeiro, para a qual os paulistas revelaram grande indiferença, nada mais foram senão questões regionais. Também as guerras dos paulistas em Minas, que não tinham como maior adversário o português reinol e sim o garimpeiro da Bahia e de Pernambuco. Da mesma forma como os habitantes das capitanias do sul pouco se interessavam pelas lutas travadas no norte, os nortistas não se preocupavam com as constantes guerras contra os espanhóis no sul, nas quais só começavam a tomar parte tôdas as capitanias sulinas depois de haver João Henrique Boehm (1767 e seg.) lançado as bases da organização do primeiro exército brasileiro.

Durante tôda a era colonial, portanto, não notamos nenhum indício de um ato emanado pela manifestação política coletiva. Isso se explica não só pelos fatores geográficos e históricos já enunciados, como pelo sistema administrativo de um território fragmentado que não conseguira formar um centro econômico, espiritual e político para as colônias em conjunto. O único centro para onde convergia tôda a vida cultural, espiritual, econômica, comercial e administrativa era Portugal-Lisboa, local situado, pois, fora do país. Por êsse motivo, as colônias portuguesas só tinham em comum entre si aquilo que era irradiado de Portugal, isto é, a língua, as tradições, a cultura e, em parte, a legislação. Por outro lado, as colônias brasileiras sofriam solução de continuidade pela diversidade de regiões do novo ambiente da terra, pelo clima que, por sua vez, causava atividades econômicas diversas, pela geografia e pelas condições de transportes e administração. Por isso, prognosticava-se para o império colonial português na América do Sul a mesma formação fragmentária de inúmeras pequenas repúblicas, o que se verificou com o império colonial espanhol; jamais se podia contar, dentro da órbita do ponderável com a for-

mação de um Brasil como um Estado Único. Pelas causas já expostas, era simplesmente impossível que a classe dirigente enraizada nos diversos centros de colonização chegasse a ver um Brasil como um todo e que a idéia da pátria, da comunidade e, com isso, as raízes da independência política pudessem se estender por todo o país. Assim, observamos que no fim da era colonial, o sentimento recíproco de união entre as populações das diversas regiões brasileiras não era mais forte do que os laços da mesma gente com a população portuguesa das colônias africanas.

Conclui-se dêsse nosso estudo sôbre o desenvolvimento histórico durante a era colonial que jamais o Brasil teria chegado a constituir um Estado Único, e principalmente não teria chegado a ser uma Nação única brasileira, se não tivesse sido instaurado um govêrno geral que compreendesse as dez capitânias gerais e as sete sub-capitânias. Por êsse motivo, a transmigração da família real portuguesa, que veio para o Brasil em 1808, fugindo às tropas napoleônicas, é o ponto culminante e decisivo no desenvolvimento nacional brasileiro. Com o rei veio então a côrte, isto é, o elemento de prol de Portugal: funcionários públicos, juizes, oficiais, nobres, letrados, artífices e outros. Mas a transmigração da família real foi principalmente de capital relevância pela “mística da majestade”, conceito mais tarde tão combatido pelos liberais e circunstância preponderante se atendermos que o rei, com a sua côrte, no Rio estabelecia, pela primeira vez, um centro político convergente de tôdas as regiões coloniais da América portuguesa, e em cuja órbita tôdas elas necessariamente haviam de gravitar. Acresce a tudo isso que D. João VI não veio para o Brasil apenas para se livrar das guerras napoleônicas, mas sim com o firme propósito de fazer ressurgir, com o auxílio de seu “aparelhamento estatal”, um novo e magnifico reino português. Assim se compreende o não haver restringido a sua administração à capitania geral do Rio de Janeiro, como o faziam os vice-reis, mas sim o ter transformado todo o território colonial em um único estado brasileiro. O govêrno do novo reino foi centralizado no Rio de Janeiro, ficando-lhe subordinadas tôdas as antigas colônias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e outras que, sacrificando as suas tradicionais prerogativas e equivalências, iam aos poucos passando à categoria de Províncias.

O Rio de Janeiro tornou-se então para o Brasil o que fôra até então Lisboa-Portugal, e com isso o centro de convergência das relações de reciprocidade. O rei e o novo estado faziam seus os interesses do país. Tôda a legislação que fazia economicamente dependentes as colônias brasileiras de Portugal perdia o sentido,

sendo por isso mesmo derogada. Surgiu um novo govêrno completamente independente de Portugal, com ministérios autônomos, supremo tribunal e secretarias da fazenda. O rei esforçava-se em fazer o novo reino progredir rapidamente em todos os setores. Logo foram abertos os portos brasileiros às nações amigas; colonos não portugueses foram atraídos e com êles se criou uma pequena agricultura; fundaram-se fábricas, bancos, arsenais, estaleiros, imprensas, escolas, academias, museus e bibliotecas, e permitiu-se a entrada de numerosos artistas e cientistas. Já em 1815, quando D. João VI elevou o Brasil a reino unido com Portugal e Algarves, estavam lançadas as bases do novo império português.

Os imigrantes reinóis, vindos em grande número com D. João VI, ou mais tarde, pelo maior aprimoramento na sua instrução, constituíam sérios concorrentes para os portugueses aqui radicados, em todos os setores, principalmente na economia, na administração e no exército. Embora tal superioridade decorresse diretamente da política de exploração e opressão, que durante séculos constrangia sobremodo os portugueses radicados no Brasil, agravado êsse estado de espírito pela atitude insuportavelmente pretensiosa de muitos reinóis recém-chegados. Apesar da identidade racial e da língua, os portugueses do Brasil sentiam os contrastes que os distanciavam da gente de além-mar, diferenças acentuadas não só pela diversidade de ambiente, mas também pelo relaxamento das atividades espirituais e culturais em que tinham deixado o país. Mas, a despeito de tudo, não opunham êles embargos na comparticipação da nação portuguesa.

Êsses contrastes surgiram primeiramente nas províncias do norte, Pernambuco e Bahia, cheias de tradição e por que nelas não se percebiam, como no Rio, as grandes vantagens econômicas decorrentes da presença da côrte, e sim o constrangimento da subordinação a um centro regional que, em tradição, lhes era inferior. Assim, em Pernambuco, no ano de 1817, irrompe uma revolta influenciada pelas ideologias da revolução francesa e da proclamação da independência dos Estados Unidos da América do Norte, com a finalidade de fundar-se uma república pernambucana. Essa rebelião, na qual foram sacrificados muitos portugueses reinóis, foi, no entanto, logo sufocada e a província rebelada duramente punida com o desmembramento de Alagoas e do Rio Grande do Norte e com a incorporação de grande parte do seu território à Bahia.

Quando, em 1821, por causa de uma revolução liberal em Portugal, D. João VI foi obrigado a deixar o Brasil, entregou a seu filho D. Pedro a regência do novo reino por êle criado. A revo-

lução liberal não tardou a se alastrar pelo Brasil, cujas províncias tentavam a organização de Juntas Populares, que imediatamente tomariam conta do govêrno provisório, sem que alguém cogitasse da formação de uma Junta de caráter geral para governar o novo Estado Único, ou mesmo, excetuadas algumas províncias do sul, sem que fôsse levado em conta o símbolo da unidade, corporificada no príncipe regente. Essas Juntas, para as quais se elegiam indistintamente portugueses reinóis e do Brasil, pois a êsse respeito não se pensava em fazer distinção, eram subordinadas diretamente às Côrtes de Lisboa. O Pará foi declarado, como queria, Província de Portugal, com o que se desligava formalmente do Estado brasileiro. Também as demais províncias atenderam imediatamente às imposições das Côrtes, enviando para lá os seus representantes eletivos. Ninguém pensava por ora em parlamento próprio sediado no Rio. E nas Côrtes de Portugal explicava um daqueles que mais tarde haveriam de batalhar encarniçadamente pela unidade do Brasil, o Padre Diogo Antônio Feijó.

“Não há aqui mandatários do Brasil; os americanos neste recinto representam exclusivamente as províncias que os elegeram”.

A atitude dos representantes brasileiros às Côrtes de Lisboa só se explica pela circunstância de que populações do país, ou melhor, as classes dirigentes, se consideravam, apesar do Estado Unitário de D. João VI, uma parte da grande nação portuguesa, julgando a política do ponto de vista estritamente regionalista.

A preservação do Estado Brasileiro criado por D. João VI não se pode atribuir à atitude consciente da população do país, e sim ao interesse dinástico de D. Pedro e à absurda política de recolonização preconizada pelas Côrtes. Esfacelaram a unidade administrativa brasileira, suprimindo os tribunais de justiça e as autoridades brasileiras do govêrno no Rio de Janeiro, incorporando o exército brasileiro ao português, determinando a volta do príncipe regente a Portugal, exigindo das províncias a conservação de relações diretas com Lisboa e tomando ainda outras medidas que revelaram claramente a intenção de fazer o Brasil voltar à antiga condição de dependência econômica. Essas medidas foram acatadas sem tergiversações pelas províncias do norte e do centro, não se verificando o mesmo com a do Rio de Janeiro e com a sua capital que, com o regresso de D. João VI tinham sofrido prejuízos econômicos, na certeza de que, com as providências das Côrtes, perderia irremediável e efetivamente a sua posição de hegemonia. À Província do Rio de Janeiro aderiram as do sul, que já anteriormente, na época colonial, haviam estado na dependência militar do vice-rei, no Rio. Decisivo foi o exemplo de São Pau-

lo, onde se formou uma Junta Popular, tendo por presidente o antigo capitão geral João Carlos Augusto von Oeynhausen e, por vice-presidente o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, que se colocou imediatamente ao lado do príncipe regente com o evidente objetivo de não deixar que Portugal tornasse a subjugar o país. Essa Junta e o Senado do Rio, chefiada pelo português nato José Clemente Pereira, intimaram o príncipe regente a que desacatas-se as Côrtes de Portugal e permanecesse no Brasil, assumindo a direção da resistência às suas determinações. De fato, representava êle o último símbolo, o traço da união política das várias províncias brasileiras. O regresso do príncipe regente a Portugal provocaria certamente uma reação das províncias contra os objetivos das Côrtes e teria como conseqüência inevitável a formação de inúmeras repúblicas independentes; suggestionado pela sua esposa Dona Leopoldina de Habsburgo que, sem complexos de dependência dinásticas e históricas com o velho Portugal, fizera causa comum com os patriotas, no dia 9 de janeiro de 1822, dia do “Fico”, decidiu D. Pedro ficar no Brasil, contrariando as ordens das Côrtes. Continuavam, assim, os destinos históricos do Brasil seguindo a rota traçada por D. João VI. O príncipe regente e o seu notável ministro José Bonifácio de Andrada e Silva não tinham em mente, em absoluto, o rompimento definitivo com Portugal; pretendiam somente preservar a unidade do país e assegurar-lhe uma relativa autonomia no âmbito da grande monarquia portuguesa. O escopo seria uma nação portuguesa em um “todo bem organizado” e não apenas uma união dinástica, mas também um parlamento comum, geral, paralelamente a dois parlamentos regionais e ministérios comuns para as relações exteriores, para o comércio e para a defesa nacional. Somente da cega intransigência das Côrtes decorreu a arrancada de 7 de setembro de 1822 — a Proclamação da Independência do Brasil — para a qual foram constrangidos aos poucos o príncipe D. Pedro e José Bonifácio.

A restauração do Estado Unido Brasileiro foi à custa ainda de muitas lutas sangrentas, que se verificaram até agosto de 1824. Depois de ter o príncipe regente conseguido impor, por meios suávorios, a sua autoridade em Minas Gerais, que tinha veleidades acentuadamente separatistas, e depois de Pernambuco aderir espontaneamente ao Poder Imperial, foi necessária uma expedição das forças de terra e mar contra a Bahia, o Piauí, o Ceará, o Maranhão e o Pará, já então província portuguesa. Já em 1824, entretanto, em Pernambuco, onde medrava a mentalidade regionalista, irrompeu uma revolução de finalidade republicana, visando

declarar a independência daquela província, com apêlo às limitrofes a formarem uma “Confederação do Equador”.

Durante o reinado de D. Pedro I, que se fêz proclamar imperador do Brasil, foi preservado o govêrno de centralização, legado de D. João VI, evoluindo até a transformação em império com parlamento e senado, não gozando, todavia, as províncias a bem dizer de autonomia alguma. O imperador, no entanto, sacrificou em poucos anos a sua popularidade, sendo compelido a abdicar em 1831. Isto influiu grandemente na formação da nação brasileira, pela circunstância de que os brasileiros ficaram na contingência, pela própria, de assumir a direção do Estado que, em última análise, não havia sido obra sua, e sim lhes fôra doado e formado por fatores extrínsecos. D. Pedro I se apoiava, como o fazia seu pai, nas camadas da intelectualidade portugueza que o acampanhava e na burocracia da colônia, já existente em 1808. Essa foi precisamente uma das principais restrições opostas a D. Pedro I que, sendo português, alegavam os brasileiros, dava preferência aos seus patrícios. Por êsse motivo, logo após a abdição, foi feito um expurgo geral, demitindo-se todos os funcionários e oficiais aliegnas.

Os elementos nativistas que então tomaram conta do Estado, obra de D. João VI, pertenciam, na sua quase totalidade, à classe dos senhores de engenho e latifundiários. Essa classe social considerava o Estado quase como propriedade sua, pois formava a nobreza do império e elegia os deputados e senadores ao parlamento, dava ministros, altos funcionários e oficiais. As demais classes sociais, não se levando em conta os escravos, que não exerciam direitos civis, existiam a princípio apenas teòricamente, ficando excluídas da política e da administração governamental.

A nova camada arrebatara as posições governamentais e era, desde o início, de formação regionalista e por isso ignorava como proceder com a unidade estatal, pois durante o curto lapso de tempo de sua existência não se havia sedimentado ainda o sentimento de união, e o Rio de Janeiro não era ainda considerado universal e definitivamente como o âmago do império. Êsse era o estado de coisas logo após a abdição de D. Pedro I (seu sucessor contava apenas 5 anos de idade), ao ofuscar-se o símbolo vivo da unidade, ao qual se submetiam, espontânea ou coercitivamente, todos os elementos e quando, para substituí-lo, foi eleita uma regência que não tinha a tradição nem o esplendor da Corôa. Fôrças deletérias começavam a empolgar todo o país e para neutralizá-las foi elaborado o “Ato adicional”, de 12 de agôsto de 1834, que outorgava às províncias certa parcela de autonomia, e substituín-

do os Conselhos por Assembléias legislativas, isto é, por parlamentos regionais.

A outorga de maior poder às províncias, a princípio, incentivou ainda mais as tendências separatistas, de modo que, no período da regência (1831-1840), verificou-se um surto de efervescência e comoções internas. De 1831 a 1835 irromperam rebeliões no Rio, em Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Pará e outras províncias. Em 1839, no Maranhão, a revolução dos “Balaios” ou “Bentevis” tomou sérias proporções. Em tôdas essas agitações, a par de motivos sociais não bem definidos, manifestavam-se também tendências republicano-separatistas. Acentuadamente separatista foi o levante dos “cabanos”, na Amazônia, que, em 1835, proclamaram sua separação “provisória” do império, movimento êsse só dominado depois de sangrentas lutas. Na “Sabinada” a Bahia também proclamava a república independente pelo prazo “enquanto perdurasse a menoridade de D. Pedro II”.

O maior risco naquela época correu o Brasil com a guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, que, depois da perda do Uruguai, com população espanhola preponderante, ameaçava arrebatá-lo ao Brasil mais duas províncias do sul. A 6 de fevereiro de 1836 proclamavam os revoltosos, depois da vitória de Seival, em Piratinim, a república independente do Rio Grande do Sul, e, a 29 de julho de 1839, depois de sua incursão no território de Santa Catarina, declaravam independente mais uma província; com isso evidenciava-se no Brasil a tendência separatista, da ideologia dos republicanos da época. Nos anos de 1838-1840, as perturbações no país alcançavam o seu climax: quatro províncias — o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Maranhão — haviam proclamado a sua independência, e nas demais províncias reinava agitação e intranqüillidade.

Em nenhuma dessas revoluções cogitava-se em proclamar a República do Brasil, mesmo com capital provisória em qualquer parte do país. Nada demonstra tão bem como essa circunstância de que aquela época carecia de sentimento nacional, idéia e vontade aliadas a uma preocupação comum. Assim como devemos a criação do Estado Unido do Brasil à presença de D. João VI e D. Pedro I no Brasil, devemos atribuir a formação da nação brasileira a D. Pedro II, que, com 14 anos de idade, depois da declaração da maioridade, toma posse do governo no momento em que a Regência já se incapacitara para sustar o desmembramento do país. Durante o seu reinado de quase 50 anos (1840-1889), não só foram as forças agindo como centrífugas finalmente superadas

e subordinadas às contingências do Brasil, mas também se fundiram numa só vontade política e numa unidade espiritual comum.

Em D. Pedro II, graças à sua personalidade, sobretudo à sua magnânimidade e ao seu equilíbrio, corporificou-se a existência nacional. Nenhuma divergência partidária, nenhuma controvérsia de opinião e nenhuma mudança de ministério — governou êle ao todo com 46 gabinetes — demovia-o do caminho do dever nacional. Considerava como sua missão precípua a educação do povo e a eliminação das arestas. Encarnava o símbolo da unidade nacional, não pelo esplendor tradicional da corôa, porém impulsionado por argumento mais alevantado, a dignidade, a liberdade política, a integridade na vida pública, à justiça incorrupta, o que tudo sabia impor pela força de sua personalidade.

Certamente que, a princípio, necessitava D. Pedro II ainda restabelecer mesmo compulsoriamente o prestígio do poder central do Império. Contava com a espada de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, que, aos poucos, foi apaziguando tôdas as províncias. Além das revoluções mencionadas, teve de sufocar mais duas outras, que, em 1842, irromperam em Minas e São Paulo. A última revolta que, de 1848-1849, ameaçou a paz interna do país, foi a revolução Praieira em Pernambuco. De então até 1889 o país gozou de tranqüilidade para o seu desenvolvimento interno.

Abstraindo-se da marcante personalidade de D. Pedro II, nenhum fator contribuiu tanto para a formação da nação brasileira como os sucessos da política externa nas guerras contra o ditador Rosas da Argentina (1851-1852) e contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez (1865-1870) que estreitaram a unificação das forças da futura nação brasileira. De fato, pela primeira vez na história do Brasil, soldados de tôdas as províncias lutaram durante cinco anos, ombro a ombro, contra o inimigo comum e extremamente aguerrido. Nessa ocasião desvaneceram-se as últimas veleidades regionais-separatistas e o Brasil surgiu em verdade como nação.

Concomitantemente se robustecia o sentimento de união de maneira extraordinária, maximé pelo desenvolvimento da economia, até então dependente das contingências do mercado estrangeiro. Data daquela época o alvorecer da economia nacional: fomentou-se a agricultura, consoante, em parte, às necessidades do mercado interno; desenvolveram-se o artesanato e a indústria, e, em conseqüência disso, o comércio e os meios de transportes entre as várias regiões tornavam-se fatores de maior importância. Foram ampliadas principalmente as nossas vias de comunicação,

com a criação da navegação fluvial e de cabotagem, com a construção de estradas de rodagem e ferrovias e sobretudo com a introdução do telégrafo, que disseminava entre os habitantes desse enorme Brasil, conceito e sentimento de unidade.

Ainda por outras causas pode dizer-se que, durante a época de D. Pedro II se solidificou, por assim dizer, a sedimentação da nação brasileira; foi a época em que se incorporaram ao meio brasileiro duas categorias sociais que até então eram consideradas como marginais, isto é, os imigrantes europeus, pequenos agricultores, artífices, pequenos industriais e comerciantes que, por causa do seu trabalho físico, eram mal vistos e relegados das atividades políticas. A outra era o proletariado urbano e rural, representado pelos escravos africanos, que, em 1865, ainda constituíam um quarto da população, e aos quais não se reconheciam os direitos civis. A sua libertação foi feita em etapas, a saber, 1850 — extinção do tráfico de escravos; 1871 — lei do “Ventre Livre”, que declarava livres os filhos de mulher escrava e que nascessem no Brasil daquela época em diante; 1885 — lei que declarava livres os sexagenários, e, em 1888 — lei “Áurea”, que declarava extinta a escravidão no Brasil.

Quando, em 1889, D. Pedro II foi obrigado a abdicar, já havia dado cumprimento à sua missão histórica, isto é, êle já havia transformado o Brasil em nação. O Rio de Janeiro era reconhecido por tôdas as províncias como o centro político do país, e assim, quando na capital federal foi proclamada a República, tôdas as províncias conformadas acataram o fato como consumado. Isso naturalmente não quer dizer que não houvesse revolução no Brasil-República; ainda uma série delas perturbou a tranqüilidade nacional, mas nenhuma teve tendências separatistas, apesar de que tal idéia não era estranha a algumas delas. Assim, por exemplo, a revolução federalista de 1893, na qual Santa Catarina declarou sua emancipação temporária, o que não foi levado a sério, e a revolução paulista de 1932, pretendiam antes de mais nada um reajustamento geral da situação de todo o Brasil.

Indubitavelmente nos legou D. Pedro II uma nação brasileira, indissolúvel unidade política da pátria. Esse legado, jamais contestado, apesar de que, após a deposição ter sido transferido a uma nova classe social, de liberais-capitalistas, de advogados, bacharéis, literatos e economistas, esse legado é tanto mais significativa, por isso que a República outorgara às antigas províncias os direitos de estados quase soberanos. Assim se deslocava a vida política da nação e por efeitos da evolução histórica, naturalmente para os estados. Até 1930, era o Brasil considerado mais um

conjunto de estados do que um país federativo, principalmente porque na época, só se conheciam partidos políticos de âmbito estadual. A política nacional dependia, então, dos estados economicamente mais importantes, isto é, de São Paulo e Minas Gerais, que se alternavam no poder.

Não devemos, entretanto, desprezicar, nesta ordem de considerações do desenvolvimento nacional após a proclamação da república, uma força que, apesar de ficar quase sempre nos bastidores dos acontecimentos políticos, de fato desempenha o papel do monarca, elemento constritor que preservava intato todo o país. Era o exército, na sua oficialidade de altas patentes que, pela primeira vez entrava, depois da abdicação de D. Pedro I, e da deposição de D. Pedro II, na cena política. Desde então encarna de certo modo a consciência nacional, tomando a si a responsabilidade da subsistência da nação, como o tem revelado a história, depois do advento de Getúlio Vargas. Repetidas vezes a oficialidade, isto é, o exército, aparece em cena para apontar, nos momentos decisivos e críticos, uma nova diretriz ao destino da nação. O exército forma, assim, a suprema e última instância para tôdas as questões vitais da nação, constituído como árbitro a cuja interferência decisória, enquanto unido, não se podem subtrair nem as forças políticas, nem as econômicas.

O fato de se ter robustecido cada vez mais, apesar de que a política interna na primeira república (até 1930) era de tendência acentuadamente descentralizada, deve ser atribuído, abstractando-se a atitude das forças armadas, precipuamente à considerável expansão econômica do país, à ampliação da exata área cultural e econômica, ao desenvolvimento crescente da agricultura, da indústria e do comércio, e sobretudo aos meios de comunicação muito ampliados, consoante a técnica moderna — o rádio e a aviação — que estabeleceram o contacto entre os extremos desse vasto país de 8,5 milhões de km². Outro fator importante foi a disseminação do ensino e o desdobramento da vida espiritual da nação. Os objetivos políticos mais relevantes alcançados nessa primeira república foram a incorporação dos não católicos na vida política, em consequência da separação do Estado e da Igreja, e a inclusão do proletariado industrial no quadro social pela legislação trabalhista, na terceira década deste século, embargando a fragmentação classista na nação.

Nos últimos anos, após o período ditatorial do “Estado Novo” (1937-1945), sedimentou-se o desenvolvimento da nação, pois a constituição de 1946 conseguiu aplinar com equidade as arestas entre a União e os Estados. A existência de partidos políticos na-

cionais é outro sintoma da solidificação nacional. Isso naturalmente não é indicativo de que a idéia regionalista tenha desaparecido de modo absoluto nas diversas agremiações partidárias. A possibilidade de um desmembramento dos Estados Unidos do Brasil, que há dois decênios ainda era questão aberta à discussão, tornou-se tanto mais inverossímil quanto mais superada fôr a área brasileira, e mais diminuída, e mais interligada pelas conquistas da técnica moderna.

A nossa finalidade era a de demonstrar que a formação da nação brasileira tenha sido um processo meramente histórico, liberto das interdependências antecedentes biológicas e raciais. Supomos que o conseguimos através destas considerações. Pretendemos, ao mesmo tempo, esboçar a importância do conceito "nação" para a historiografia brasileira. A idéia de nação, a nosso ver, não só permite uma exposição mais segura e mais panorâmica da história brasileira, mas também oferece o critério justo para aquilatar e apreciar os acontecimentos e as personalidades históricas, que só chegam a adquirir importância e significação por terem participado e por estarem relacionadas com a formação da nação brasileira. Melhor e mais ampla explanação do assunto nos reservamos fazer em outros trabalhos.

CARLOS H. OBERACKER Jr.